



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE, SECRETARIADO EXECUTIVO E FINANÇAS (FEAAC)
CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

CAMILA OLIVEIRA RODRIGUES

A TRAJETÓRIA DO TRABALHADOR ESTUDANTE CONCLUDENTE NA
UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA
2023

CAMILA OLIVEIRA RODRIGUES

A TRAJETÓRIA DO TRABALHADOR ESTUDANTE CONCLUDENTE NA
UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de
Graduação em Secretariado Executivo da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Profa. MS. Elidihara Trigueiro Guimarães

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R612t Rodrigues, Camila Oliveira.
A TRAJETÓRIA DO TRABALHADOR ESTUDANTE CONCLUDENTE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ / Camila Oliveira Rodrigues. – 2023.
56 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Me. Elidihara Trigueiro Guimarães.

1. trabalhador-estudante. 2. trajetória universitária. 3. universidade pública. I. Título.

CDD 658

CAMILA OLIVEIRA RODRIGUES

A TRAJETÓRIA DO TRABALHADOR ESTUDANTE NA UNIVERSIDADE PÚBLICA
NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovada em: 11/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. MS. Elidihara Trigueiro Guimarães. (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Luciano Pereira dos Santos Cavalcante

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Esther Rodrigues Ellery

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão e dedicar este trabalho às pessoas que foram pilares fundamentais em minha jornada acadêmica:

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio e serenidade nos momentos mais desafiadores. Sua força e amor incondicional foram a luz que me guiou através de tempos difíceis.

Ao meu parceiro de toda a graduação, Jefferson. Companheiro nas alegrias e adversidades, sua presença tornou esta jornada repleta de momentos agradáveis e memoráveis. Sem seu apoio, certamente os desafios teriam sido muito maiores.

Ao meu parceiro de vida, Felipe, pela paciência e compreensão em todos os momentos deste processo que em momentos se mostrou exaustivo. Sua presença tranquila e constante foi um conforto indispensável nos dias mais tumultuados.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Elidihara Trigueiro Guimarães, cujo apoio, orientação e sabedoria foram cruciais para o sucesso deste trabalho. Sua habilidade em transformar desafios em oportunidades de aprendizado enriqueceu imensamente minha experiência acadêmica. Nossa colaboração, embora inesperada, revelou-se uma das mais gratificantes experiências desta jornada, e sou profundamente grata por cada conselho, cada momento de inspiração e cada palavra de encorajamento que recebi de você.

E, finalmente, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho. Toda ajuda, em grande e pequena escala, teve um impacto significativo e fica aqui registrada minha eterna gratidão.

Este trabalho é uma conquista não apenas minha, mas de todos nós que compartilhamos dessa jornada. Obrigado a cada um que fez parte desta trajetória.

RESUMO

Este estudo abordou as experiências e rotinas dos estudantes-trabalhadores ao longo de sua formação acadêmica na Universidade Federal do Ceará, especialmente no curso de Secretariado Executivo. O objetivo central foi compreender a trajetória desses estudantes na universidade, identificando os principais desafios que influenciaram sua permanência no ensino superior. Os procedimentos metodológicos consistiram em coletar e avaliar, por meio da aplicação da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), realizada a partir de um questionário, informações relevantes para entender esses desafios. A metodologia adotada foi qualitativa e explicativa, envolvendo pesquisa bibliográfica para descrever a interação entre o mundo do trabalho e o ensino superior, assim como formulários com estudantes-trabalhadores para capturar as dificuldades práticas que enfrentavam. O estudo também incluiu a análise de contribuições de autores como Dubet (2013), Castelo (2007) e Gil (2021) para enriquecer a compreensão das dinâmicas estudadas. O estudo revelou a complexidade das experiências vividas pelos trabalhadores-estudantes, destacando questões como a gestão de tempo e o equilíbrio entre compromissos acadêmicos e profissionais. Também investigou a eficácia das políticas de ampliação de vagas noturnas e outros mecanismos de apoio oferecidos pela universidade para facilitar a permanência desses estudantes. Os resultados obtidos forneceram insights valiosos sobre as condições concretas e as vivências dos estudantes-trabalhadores, contribuindo para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por esse segmento no ambiente acadêmico. Além disso, o estudo apontou para a necessidade de políticas educacionais mais adaptáveis e inclusivas, que considerem as realidades específicas dos trabalhadores-estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: trabalhador-estudante; trajetória universitária; universidade pública, ensino superior.

ABSTRACT

This study addressed the experiences and routines of working students throughout their academic formation at the Federal University of Ceará, particularly in the Executive Secretariat course. The central objective was to comprehend the journey of these students within the university, identifying the main challenges that influenced their continuity in higher education. The methodological procedures involved collecting and evaluating, through the application of content analysis proposed by Bardin (1977), conducted via a questionnaire, relevant information to understand these challenges. The methodology adopted was qualitative and explanatory, involving bibliographic research to describe the interaction between the world of work and higher education, as well as forms with working students to capture the practical difficulties they faced. The study also included the analysis of contributions from authors such as Dubet (2013), Castelo (2007), and Gil (2021) to enrich the understanding of the dynamics studied. The study revealed the complexity of the experiences lived by worker-students, highlighting issues such as time management and the balance between academic and professional commitments. It also investigated the effectiveness of policies for expanding night class offerings and other support mechanisms provided by the university to facilitate these students' persistence. The results obtained provided valuable insights into the concrete conditions and experiences of working students, contributing to a better understanding of the challenges faced by this segment in the academic environment. Furthermore, the study pointed to the need for more adaptable and inclusive educational policies that consider the specific realities of worker-students in higher education.

Keywords: worker- student; trajectory; public university; university education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição percentual do total de estudantes por Modalidade de ensino e Sexo e segundo o Grupo etário	23
Tabela 2 - Etapa de codificação pelo método de Bardin	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos participantes.....	37
Gráfico 2 - Participantes Concludentes	38
Gráfico 3: Trabalhadores-estudantes	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A GARANTIA DA CONTINUIDADE NA UNIVERSIDADE.....	15
2.1 A democratização do ensino superior no Brasil	15
2.2 Inclusão e permanência.....	17
3 O CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO	21
3.1 História do curso.....	21
3.2 O perfil do estudante de Secretariado Executivo	22
4 TRABALHADOR-ESTUDANTE.....	26
4.1 O que é ser trabalhador estudante?.....	26
4.2 O Trabalhador Estudante e os cursos noturnos	27
4.3 O trabalhador estudante e o acúmulo de responsabilidades	30
5 METODOLOGIA DO TRABALHO.....	32
5.1 Classificação da pesquisa	32
5.2 Universo e sujeitos da pesquisa	33
5.3 Coleta e análise dos dados.....	33
5.4 Método de Análise de dados	35
5.5 Pré-teste	37
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	38
6.1 Perfil dos entrevistados	38
6.2 A Dupla Jornada e seus Desafios.....	39
6.3 Conciliação das atividades	41
6.4 Democratização.....	47
6.5 Considerações finais da pesquisa	49
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	52

APENDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES-ESTUDANTES DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO	56
--	-----------

1 INTRODUÇÃO

Os vínculos sociais e o modo de viver passam por uma grande transformação em decorrer do seu trajeto histórico, na Europa Ocidental, a partir do século XVIII, a Revolução Industrial trouxe consigo o capitalismo, modificando o trabalho e a forma de pensar sobre ele, antes feito de modo artesanal, com seu processo demorado, trabalhar ganhou ares totalmente adversos. (OLIVEIRA; PORTÉRO; RAMACCIOTTI, 2021) Graças a essas revoluções, as jornadas de trabalho se fixavam no tempo e quanto maior a duração nessa ocupação, o fomento em dinheiro, teoricamente, seria maior.

Sobretudo é preciso entender que a classe de um sujeito é determinada enquanto ele vive sua história e por isso pode-se afirmar que essa formação está ligada tanto com os aspectos culturais e econômicos quanto pelas transformações históricas e espaciais de onde ele está inserido. (Thompson, 1963). Sinônimo disso, na concepção Clássica, por exemplo, o trabalho era baseado na força e na coerção, que eram impostas pelos senhores que tinham o domínio do escravo. (Borges,1999). Com isso, era o ócio considerado realmente valioso. Atualmente, concebido como atividade vital, o trabalho vem desde sua origem banhado ao signo de contradições, primeiro moldando a sociedade sobre a prerrogativa de acúmulos de bem ser necessariamente significado de sucesso, mas ao mesmo tempo, sendo marcado pelo esgotamento, graças aos esforços empregados a essa atividade.

Com a onda de mudanças que foram percebidas principalmente no final do século XX, alguns setores da economia passaram por um processo de reestruturação, haja vista que mudanças significativas foram emergindo. As máquinas começaram a substituir a mão de obra, o que gerou uma instabilidade e desemprego e a partir daí começaram a ser percebidas consequências a vida dos trabalhadores e de suas famílias graças a uma nova configuração da sociedade. (OKAWAT, 2018)

A instabilidade e a ausência de empregos qualificados foram se fortalecendo e a necessidade da criação de alternativas que propiciassem a garantia de um trabalho de qualidade se mostraram necessárias para a possibilidade de uma vida digna. Os trabalhadores passam a sofrer com a lei da oferta e da procura, a oferta de emprego é precária, no entanto, a procura é grande. Com isso surge a necessidade de qualificação por meio da educação, que combinada a programas públicos que visam trazer principalmente os jovens para o caminho da profissionalização, se mostrou como forte opção para a garantia do cumprimento de direitos constitucionais ligados à educação. Tendo em vista que, em tese, quanto mais estudo o

indivíduo possui, maior as chances de adentrar no mercado de trabalho em bons cargos. (CORADINI: 2010)

Com isso, se fez necessária uma fortificação da Constituição Federal de 1988, no Brasil, e um trabalho gradativo para garantia de princípios constitucionais relacionados a educação básica e a política educacional para a educação superior. Com um texto que destaca objetivos como: a construção de uma sociedade mais justa, erradicação da marginalização e redução de desigualdades sociais, é importante perceber que a incorporação de indivíduos historicamente excluídos do direito ao ensino e a educação é de suma importância para o crescimento do ingresso dessa classe trabalhadora as universidades. (BRASIL, 1988).

Além do forte impulso da Carta de 1988, programas sociais que ganharam forças a partir do ano 2000 foram atributos necessários para estabelecer a universidade como ela é hoje. A implantação das políticas de expansão do ensino superior público, com grande destaque ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). E posteriormente a sanção da lei nº 12.711/2012, que trata da garantia da destinação de 50% das vagas das universidades públicas aos estudantes provenientes de camadas sociais mais baixas e que cursaram integralmente o ensino médio em instituição pública, buscam garantir o cumprimento do art. 206, I da constituição Federal: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O 2º parágrafo do REUNI prevê a “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;” conquanto a garantia de um direito não é necessariamente um esforço concreto para a que esse direito seja assegurado à estudantes. No caso dos trabalhadores, o interesse por um curso noturno se justifica pela impossibilidade de se ausentar das suas obrigações em relação ao trabalho e a necessidade de conciliar a vida acadêmica com as atividades laborais. Sendo as vagas noturnas são quase que as únicas opções possíveis para esse trabalhador que deseja se qualificar. Tal ponto traz à tona a primeira dificuldade no caminho desse trabalhador, que posteriormente passará a ser estudante-trabalhador, a pouca opção quanto a possibilidade de cursos possíveis para ingresso no turno noturno.

Justificativa

A escolha do tema se deu a partir de uma observação da minha própria realidade como trabalhadora-estudante, das necessidades que eu tive na minha experiência e da percepção da pouca discussão acerca do tema e sobretudo pela falta de legislação e políticas que incluam o

trabalhador-estudante nas pautas principais dentro da universidade. Tendo em vista que ser trabalhador-estudante é a realidade de muitos estudantes que estão nos cursos de graduação nas universidades públicas é de suma importância debater quanto a continuidade efetiva desses indivíduos na universidade, entender as necessidades desse público e criar ferramentas que garantam a conclusão do curso de maneira linear.

O estudo avaliou a opinião de outros trabalhadores-estudantes do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará quanto suas experiências e dificuldades de conciliação do estudo e trabalho. É preciso entender também como a universidade trata esses trabalhadores-estudantes e como se comporta sabendo da existência dessa população.

Portanto, essa pesquisa se justifica pela visibilidade empregada à temática dos trabalhadores-estudantes que é pouco discutida na universidade e sobretudo pela exposição de questões de extrema importância, como a permanência estudantil.

Problema de pesquisa

Diante do exposto, essa pesquisa vem apresentar a seguinte problemática: Como os estudantes-trabalhadores percebem suas formações e quais condições ofertadas pela universidade para garantia de permanência desses indivíduos que necessitam manter a dupla rotina de trabalho e estudo?

Objetivos do trabalho

A partir do problema de pesquisa apresentado, este estudo tem como:

- Objetivo geral: Entender quais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes universitários do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará, em conciliar os estudos e trabalho durante o período de sua formação profissional.

-Objetivos específicos:

1. Descrever as vivências dos trabalhadores-estudantes ao adentrarem ao ambiente universitário.
2. Identificar se a universidade tem políticas e condições necessárias que garantam a inclusão e permanência dos trabalhadores-estudantes nos cursos de graduação.
3. Descrever como os trabalhadores-estudantes lidam com o acúmulo de responsabilidades ligadas à dupla jornada impostas aos mesmos.

Este estudo visa compreender os desafios enfrentados pelos trabalhadores-estudantes no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará ao conciliarem suas

atividades profissionais e acadêmicas, e como esses desafios impactam em sua trajetória acadêmica e profissional.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A GARANTIA DA CONTINUIDADE NA UNIVERSIDADE

Neste segmento, explorou-se a crescente necessidade de democratizar o ensino superior e garantir a continuidade dos estudantes na universidade. Será apresentado um panorama geral sobre os desafios e avanços dessa questão.

2.1 A democratização do ensino superior no Brasil

A universidade surge no Brasil por volta do século XIX, principalmente por influência da corte portuguesa e por volta do ano de 1889 o Brasil contava com cerca de seis colégios superiores que era destinado basicamente a formação de médicos, engenheiros e juristas. Dando um salto temporal e chegando ao ano de 1960 já era possível perceber um crescimento significativo no que diz respeito a criação de universidades, incluindo universidades públicas, em território nacional. Foi por volta desse ano que o Governo Federal começou com um plano de criação de instituições federais de ensino, públicas e gratuitas que em mais ou menos cinco anos tiveram um crescimento de cerca de 352 mil estudantes e 56% deste quantitativo estava no setor público. (Durham, 2003).

A propagação das novas políticas de acesso e expansão do ensino superior trouxeram significativas mudanças quanto ao ingresso de classe tidas como populares nas universidades, expansão essa que aconteceu a partir do ano de 1990 graças a necessidade de formação de mão de obra e as novas convenções capitalistas. (Britto et. al. 2008).

Neste mesmo período os vestibulares deixam de ser obrigatórios e em 1998 é criado o exame nacional do ensino médio - ENEM, avaliação que foi criada para medir a qualidade do ensino (CUNHA, 2010), que se tornou uma das principais formas de ingresso a educação superior e grande ferramenta para democratização do acesso de estudantes de escolas públicas a universidades.

Em 1980, houve 1.377.286 matrículas em todos os cursos superiores presenciais brasileiros: em 1998, este número foi para 2.125.958 e, em 2001, atingiu a marca de 3.030.754, desse quantitativo 1.734.936 67 estudando no período noturno. Em 2006, o número de matrículas alcançou 4.676.646, sendo 3.467.342, em instituições privadas e, em 2017 o número de matrículas chegou à marca de 6.529.681 dos quais somente 1.879.784 foram em instituições

públicas de ensino. Se formos observar o quantitativo de vagas no turno noturno esse número diminui consideravelmente (INEP/MEC, 2017).

Programas como o Universidade para todos - ProUni do governo Lula, tem grande participação para esse crescimento de matrículas nas universidades da rede privada. Foram mais de 748 mil estudantes com bolsas no programa. E por volta de 5.194 estudantes receberam bolsa permanência, no valor de R \$300,00, destinada a alunos que realizam cursos de período integral (AGUIAR, 2016, p.122).

Foi o PROUNI o grande responsável pela abertura de vagas para estudantes que não adentraram a universidade pública e desejavam está em um curso superior, mas apesar da sua efetividade no tocante a democratização de acesso, o programa recebeu muitas críticas no que diz respeito à qualidade do ensino ofertado, já que o ensino privado foi taxado como de baixa qualidade. Malbouisson et al. (2017), vem corroborar com assunto ao dizer que “[...] a preferência pelo ensino em universidades públicas por parte das famílias de maior renda pode não estar relacionada exclusivamente à gratuidade, mas à percepção de maior qualidade do ensino superior público” (Malbouisson et al., 2017, p. 23).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, traz um texto que expressa relevantes preocupações incluindo a deficiência da oferta de cursos noturnos “[...] pois a maioria da população brasileira nunca se imaginou nesse espaço. Assim, entende-se o REUNI como uma conquista das camadas populares, inclusive pelo incentivo a cursos noturnos que ele promoveu” (PACHANE E VITORINO, 2015, p.447).

Desde o ano do seu lançamento o REUNI teve significativo impacto para a expansão do ensino, sendo considerado um marco divisório para a educação superior. “[...] para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

A partir disso, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP) a educação superior aumentou consistentemente seu número de matrículas desde o ano de 2003, chegando a um total de 8,680 milhões de alunos no ensino superior no ano de 2020. Sendo assim, a fortificação desses programas públicos fomentou consideravelmente a democratização do ensino e acesso ao nível superior brasileiro, o que

provocou uma modificação contínua do perfil dos estudantes universitários no Brasil. (BRASIL, 2015, 2020).

Dessa forma, percebe-se que atualmente o problema, não se mostra no que diz respeito a entrada dos estudantes no ensino superior e sim na permanência desses indivíduos nesse ambiente. (COULON, 2016, p.1242)

2.2 Inclusão e permanência

Sendo destinados inicialmente às classes mais elitizadas da sociedade pode-se entender que historicamente alguns indivíduos foram excluídos do ingresso em Universidades.

Com isso, a atual constituição traz alguns objetivos pautados no intuito de minimizar ao máximo essa condição de exclusão. “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Conquanto, é importante ter em mente que mesmo que esse direito fosse integralmente garantido e realmente chegasse a todos os cidadãos, ele por si só de maneira isolada não seria capaz de eliminar as desigualdades sociais que perpassam o ambiente universitário.

Sendo assim, observa-se que a democratização pode ser vista de panoramas diferentes, trazendo para discussão dois tipos de democratização: a do acesso e a interna. A do acesso vem tratar da “massificação” das ofertas de vagas. E a interna diz respeito às desigualdades internas do ensino superior: os estudantes são mais numerosos, mas acessam níveis muito desiguais nesse sistema” (Dubet, 2004, 2010).

Além disso, existe outro fator que deve ser considerado, “o tempo dedicado aos estudos representa também uma perda de salário”. (Dubet, 2013). Uma vez que jovens que frequentam a universidade em tempo integral em muitos casos, não conseguem conciliar os estudos com o trabalho, levando em consideração a carga horaria dos cursos integrais. Nunca foi uma opção abandonar o trabalho e se dedicar somente aos estudos. A maioria dos trabalhadores-estudantes necessitam do salário para continuar a frequentar a universidade, mesmo sendo ela pública. Para muitos uma pequena estabilidade financeira se torna pré-requisito para concorrer a uma vaga de ensino superior (GIROTTI, 2017, p. 213-214).

E em contrapartida desse pensamento, os estudantes que conseguem estudar no período noturno e assumem essa responsabilidade de conciliação do trabalho com o estudo não vivem

as experiências que a universidade proporciona, em muitos casos esses indivíduos nunca participaram de programas de extensão ou sociais dentro da academia.

“[...] Raros são os exemplos de políticas que consideram, em seu planejamento, ações junto à universidade, no sentido de mobilizar seus diversos atores para a recepção da diversidade em todos os seus âmbitos; ou ainda a inserção de estudantes caracterizados como “socioeconomicamente desfavorecidos” em programas de pesquisa e extensão.” (MAYORGA; SOUZA, 2012, p. 273-274).

Além disso, é importante destacar que somente a garantia de acesso para o estudante-trabalhador, não é suficiente. O debate sobre a permanência desses indivíduos é a cada dia mais necessário, tendo em vista que esses alunos são impactados por diversos fatores no decorrer da sua caminhada na universidade. “O esforço dos agentes envolvidos no campo da educação superior pública dando centralidade nas discussões dos elementos importantes para a permanência do estudante na universidade pública é pauta contemporânea e objeto de reflexão”. (NUNES; VELOSO, 2015, p. 817).

Neste sentido afirma Coulon (2016):

“[...] novos públicos chegaram à universidade com níveis muito heterogêneos, com origens sociais extremamente diferentes do que se tinha habitualmente. Nem sempre esses estudantes tinham o nível requisitado e certo número de hábitos culturais e sociais que não lhes facilitavam a entrada nesse meio universitário.” (COULON, 2016, p.1241)

Partindo desse princípio, a democratização do ensino trata das condições adequadas para que estudantes de classes menos favorecidas e socialmente excluídas do ambiente acadêmico consigam ter condições adequadas para realizarem seus estudos de forma produtiva, é papel do Estado.

“além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1226)

No que diz respeito à permanência, Almeida (2014, p. 269) enfatiza que: “permanência na universidade pública, como fato social que é, deve ser entendida como uma interação entre condicionantes estruturais e as ações conjunturais que estão ao alcance, dentro de seus limites, das universidades. ”

Tendo conhecimento desses conceitos ficam claras as intenções no que diz respeito a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, criado por meio do o Decreto Presidencial n. ° 7.234, de 19 de julho de 2010. Que dispõe dos seguintes objetivos em seu Art. 2º:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010)

São definidas pelo Plano dez áreas para o desenvolvimento de ações de assistência estudantis: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

Seguindo por essa lógica, visto a necessidade de criação de um programa desse nível, é notório que o ingresso no ensino superior, mesmo que público, implica diretamente em custos com alimentação, deslocamento até a instituição de ensino, gastos com materiais didáticos etc. O que leva à seguinte reflexão: A falta de recursos financeiros que custeiem as necessidades desse estudante recai sobre a continuidade dos estudos deste indivíduo. “Ignorar essa problemática implica em incidir na perversa falácia de que o sistema educacional é democrático e como tal, restaria ao estudante aproveitar a ‘oportunidade’ que lhe foi aberta, no caso, pela ampliação do acesso” (VARGAS; PAULA, 2011, p. 15).

As políticas de inclusão social que visam a permanência na educação superior são de extrema valia principalmente para os grupos mais desfavorecidos, contudo, não são anuladas as desigualdades sociais que perpassam o ambiente acadêmico, “[...] as relações de seleção e diferenciação social se preservam, até mesmo se aprofundam, no interior do sistema educativo” (SOBRINHO, 2010 p.1239).

Para encerrar este capítulo, é imprescindível destacar que a democratização do ensino superior é uma jornada contínua e cheia de desafios. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem sido um passo importante na mitigação das barreiras socioeconômicas que afetam a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades. No entanto, a estrada à frente ainda é longa. As medidas de inclusão, como moradia estudantil, alimentação,

transporte e suporte pedagógico, são vitais, mas ainda não são suficientes para erradicar completamente as desigualdades sociais no meio acadêmico.

No próximo capítulo, explorou-se a fascinante história do Curso de Secretariado Executivo, traçando sua evolução e relevância ao longo dos anos. Focaremos no perfil dos estudantes que escolhem este caminho, examinando suas motivações, aspirações e os desafios que enfrentam.

3 O CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

Neste capítulo, foi abordada a história e as características do curso de Secretariado Executivo. Será apresentado um panorama geral sobre a evolução do curso, desde suas origens até os dias atuais.

3.1 História do curso

O curso de Secretariado Executivo possui uma trajetória histórica que se entrelaça com o desenvolvimento das organizações e a evolução das demandas do mercado de trabalho. Desde seus primórdios, a atividade de secretariado tem desempenhado um papel crucial no suporte à gestão e na promoção da eficiência e organização nos ambientes corporativos.

Inicialmente, os escribas desempenharam o papel de "primeiros secretários", estabelecendo as bases das atividades, atribuições e responsabilidades da profissão. O sigilo profissional, considerado o aspecto mais relevante até os dias de hoje, foi consolidado nesse período (Castelo, 2007).

Analisando a trajetória do secretariado executivo no Brasil é possível visualizar as inúmeras barreiras e desafios enfrentados pela profissão, mas também entender a constante evolução no cenário organizacional mundial e a capacidade de se adaptar às constantes inovações de tecnologia e de mercado (Castelo, 2007).

Segundo Natalense (1998, p. 7-10) a evolução da carreira de secretariado no Brasil está intimamente ligada ao avanço do campo gerencial, refletindo as características empresariais de cada época.

Na década de 50 o campo do secretariado era predominantemente ocupado por mulheres, e a figura da secretária era vista principalmente como uma simples servente. Ao entrar no ambiente corporativo, essas mulheres não encontravam modelos de mulheres profissionais a seguir. Como resultado, muitas reproduziam os padrões sociais e familiares que conheciam, caracterizados pela submissão, falta de iniciativa e poder de decisão.

Durante a década de 1960, no Brasil, começaram a surgir programas de formação de gerentes importados dos Estados Unidos. Nesse período, as secretárias se tornaram um símbolo de prestígio gerencial, sendo indispensáveis para os executivos de alto nível. No entanto, essa

valorização levou ao uso indiscriminado do termo "secretária" para qualquer tipo de serviço, resultando na desvalorização das verdadeiras profissionais da área.

Somente na década de 1980, houve uma tentativa de resgatar a imagem da secretária como assessora organizacional. Foi em 1969 que o primeiro curso superior de secretariado foi estabelecido na Universidade Federal da Bahia. Ainda na década de 80 foi aprovada a LEI nº. 7.377 que regulamentou a profissão, alcançando este grande êxito, uma vez que, a Lei define o profissional de Secretariado Executivo e suas principais atribuições.

Nas décadas seguintes, a profissão passou por mudanças significativas, com o surgimento de associações de classe, a regulamentação da profissão e o fortalecimento dos movimentos sindicais. O perfil profissional também foi redesenhado, com as secretárias se tornando empreendedoras, assessoras, gestoras e consultoras, deixando de ser meras auxiliares administrativas. No século XXI, o Secretário Executivo tem um novo perfil, sendo um profissional que atua como assessor, gestor, empreendedor e consultor, preocupado com o sucesso da empresa, dominando as técnicas secretariais, trabalhando estrategicamente e lidando com as demandas do ambiente competitivo.

3.2 O perfil do estudante de Secretariado Executivo

Neste subcapítulo, foi abordado o perfil do estudante de Secretariado Executivo, examinando características socioeconômicas, educacionais e profissionais desse grupo de acordo com o Relatório Síntese de Área disponibilizado pelo ENADE de 2018. Serão trazidos aspectos como faixa de renda familiar, gênero, idade, escolaridade, entre outros.

De acordo com o ENADE/2018 constatou que os estudantes da Área de de Secretariado Executivo apresenta uma predominância significativa de estudantes do sexo feminino. Dados do ENADE 2018, na modalidade presencial, as mulheres representaram 37,9% dos estudantes com até 24 anos. Além disso, foi observado que a média de idade dos concluintes do sexo masculino nessa modalidade foi ligeiramente superior à das concluintes do sexo feminino, com médias de 29,5 e 28,1 anos, respectivamente. Esses números indicam que as mulheres são maioria nessa área e que, apesar da presença masculina, elas têm uma representação significativa.

Tabela 01: Distribuição percentual do total de estudantes por Modalidade de ensino e Sexo e segundo o Grupo etário - Enade/2018 - Secretariado Executivo

		Educação Presencial	
		Sexo	
Grupo etário	Total	Masculino	Feminino
até 24 anos	40,40%	2,50%	37,90%
entre 25 a 29 anos	27,20%	2,70%	24,50%
entre 30 a 34 anos	15,20%	1,30%	14,00%
entre 35 a 39 anos	8,30%	1,30%	7,00%
entre 40 a 44 anos	4,60%	0,60%	4,10%
acima de 45 anos	4,30%	0,30%	4,00%

Fonte: Enade 2018. Adaptado pela autora, 2023.

Em relação à diversidade étnico-racial, os dados também revelam algumas características. Entre os concluintes de cursos presenciais de Secretariado Executivo, 43,3% se autodeclararam brancos, sendo que a maioria desse grupo é do sexo feminino, com 39,2%, enquanto apenas 4,1% são do sexo masculino. Os estudantes pardos representaram 37,0% do total, com 33,8% sendo do sexo feminino e 3,1% do sexo masculino. Por fim, os estudantes que se autodeclararam pretos representam 14,3% do universo, sendo 13,0% do sexo feminino e 1,3% do sexo masculino. Esses dados destacam a diversidade étnico-racial dentro do campo de Secretariado Executivo, com a presença de diferentes grupos, embora ainda haja uma representatividade desigual entre os sexos e raças (ENADE, 2018).

Em relação à faixa de renda mensal familiar declarada pelos estudantes de Secretariado Executivo, a maioria (33,4% do total) na Educação Presencial se enquadrou na faixa de 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.431,01 a R\$ 2.862,00). Essa distribuição foi composta por 31,1% do sexo feminino e 2,2% do sexo masculino. No que diz respeito à existência de renda e sustento, a opção mais comum entre os estudantes foi "Tenho renda e contribuo com o sustento da família", representando 28,9% dos casos.

Além disso, o relatório também fornece informações sobre a escolaridade dos estudantes de Secretariado Executivo. Verificou-se que a maior parte dos estudantes (55,2%) possui ensino médio completo, seguido por 32,9% que concluíram o ensino superior. Isso

sugere que o curso de Secretariado Executivo atrai tanto estudantes que ingressam no ensino superior diretamente quanto aqueles que já possuem uma formação anterior.

Em relação à idade, o relatório revela que a média de idade dos estudantes de Secretariado Executivo é de aproximadamente 24 anos, com uma faixa etária que varia entre 18 e 65 anos. Essa diversidade etária indica que pessoas de diferentes faixas etárias buscam esse curso, buscando aprimorar suas habilidades profissionais e obter novas oportunidades no mercado de trabalho.

Outro dado importante é a distribuição geográfica dos estudantes. Conforme o relatório, a maior parte dos estudantes de Secretariado Executivo está concentrada nas regiões Sudeste (48,4%) e Nordeste (20,9%) do Brasil. Essa distribuição regional mostra a relevância do curso nessas regiões e pode estar relacionada às oportunidades de emprego e ao desenvolvimento econômico dessas áreas.

Além disso, o relatório também aborda a participação dos estudantes de Secretariado Executivo em atividades complementares. Foi observado que a maioria dos estudantes (62,2%) participa de atividades extracurriculares, como estágios, iniciação científica e programas de extensão. Essas atividades complementares contribuem para o enriquecimento da formação dos estudantes e para a sua inserção no mercado de trabalho.

Por fim, o relatório destaca a importância do curso de Secretariado Executivo para a formação de profissionais qualificados. Ele ressalta que a formação nessa área permite o desenvolvimento de habilidades técnicas e interpessoais, além de preparar os estudantes para atuarem em diferentes contextos organizacionais.

Em resumo, de acordo com o relatório do ENADE 2018, o perfil do estudante de Secretariado Executivo é caracterizado por uma faixa de renda familiar moderada, uma predominância de mulheres, estudantes que contribuem para o sustento da família, diversidade em termos de escolaridade e faixa etária, concentração nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, participação em atividades complementares e a importância do curso para a formação de profissionais capacitados. Essas informações são fundamentais para compreender o contexto socioeconômico e educacional dos estudantes de Secretariado Executivo.

Dessa forma, pode-se concluir que a complexidade do cenário acadêmico se reflete desigualdades arraigadas em nossa sociedade, onde as oportunidades não são igualmente

distribuídas. As políticas existentes, por mais valiosas que sejam, enfrentam o desafio constante de adaptar-se às realidades multifacetadas dos estudantes.

No capítulo seguinte, abordaremos a figura do trabalhador estudante, uma realidade cada vez mais comum no ensino superior. Exploraremos o que significa ser um trabalhador estudante, as dinâmicas de conciliar estudo e trabalho, e os desafios únicos que esses indivíduos enfrentam. Discutiremos como a vida do trabalhador estudante é marcada por um equilíbrio delicado entre responsabilidades acadêmicas e profissionais, e como essa dupla jornada influencia suas experiências educacionais e perspectivas de carreira. Este capítulo buscará oferecer uma compreensão aprofundada sobre o impacto dessa realidade tanto no âmbito pessoal quanto acadêmico, e as estratégias que podem ser adotadas para apoiar esses estudantes em seus desafios cotidianos.

4 TRABALHADOR-ESTUDANTE

Neste capítulo, foi apresentado o universo do trabalhador-estudante, uma figura que conjuga as demandas e desafios do mercado de trabalho com a busca pelo conhecimento acadêmico. Ao longo das próximas páginas, vamos desvelar a essência do que é ser um trabalhador-estudante.

4.1 O que é ser trabalhador estudante?

De acordo com o Projeto de Lei N° 5524, de 2019, “Considera-se trabalhador-estudante o trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado, com duração igual ou superior a seis meses” (BRASIL, 2019).

Para Carneiro (2009),

o trabalhador estudante é uma categoria de trabalhador que tem existência específica no capitalismo brasileiro, onde o indivíduo precocemente tem que primeiro trabalhar para prover a sua subsistência e em um segundo momento viabilizar/lutar para alcançar acesso à educação/conhecimento socialmente produzido para sua formação/profissional. Esta especificidade do trabalhador estudante brasileiro se deve à perversão da classe dominante brasileira, que até a atualidade, apesar da luta dos trabalhadores por acesso e conclusão do ensino fundamental, este ainda não foi universalizado. É esta realidade de sonogação das condições objetivas de promoção e disponibilização do conhecimento pelo Estado representante da classe dominante, que tem levado a exclusão da maioria dos jovens de acesso ao curso superior público e gratuito, mas sim aos privados e pagos instituindo a categoria trabalhador estudante.

Vale salientar que a descrição do Projeto de Lei é tirada da lei portuguesa 7/2009 e 105/2009 (DRE, 2011), que trata da regulamentação do trabalho e traz pontos específicos destinados aos trabalhadores-estudantes. No seu artigo 89 é dada a definição de trabalhador-estudante:

Artigo 89.º - Noção de trabalhador-estudante

1 – Considera-se trabalhador-estudante o trabalhador que frequenta qualquer nível de educação escolar, bem como curso de pós-graduação, mestrado ou doutoramento em instituição de ensino, ou ainda curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens com duração igual ou superior a seis meses (PORTUGAL, 2009).

Nota-se que existe uma inspiração no modelo português vigente. Conquanto não é visto interesse no atual governo no que diz respeito a questão dos trabalhadores-estudantes. Não é levado em consideração que esse trabalhador-estudante é peça central de uma luta histórica por

acesso e conclusão das mais diversas áreas dentro na Universidade Federal nos seus mais diversos níveis de educação. E fica claro uma divergência entre o que traz a legislação e a retórica governamental para garantir direitos efetivos a esses estudantes.

É notório que o trabalhador está completamente desamparado pela legislação brasileira “por não se beneficiar da lei do estágio e do regime jurídico conferido aos aprendizes, tem dificuldades em conciliar a sua jornada laboral com os seus estudos, o que gera, na grande maioria dos casos, o abandono da vida acadêmica, em prejuízo da formação pessoal e profissional do obreiro.” (BRASIL, 2019).

4.2 O Trabalhador Estudante e os cursos noturnos

De acordo com o censo educacional de 2020, é o turno noturno que possui a maior quantidade de estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação. É justamente esse turno o mais escolhido pelos trabalhadores-estudantes. Tal condição pode ser explicada pelo fato de que a posição de trabalhador-estudante limita o aluno a escolha de turno que ele pode estudar. E levando em consideração que a carga horária de trabalho é definida entre 20 e 40 horas, a única opção possível ao estudante é o turno da noite. (VARGAS; PAULA, 2013).

Pereira, Souza & Tomé (2006, p. 2) trazem “quando se fala em ensino noturno, a primeira ideia que se vem à mente é a do aluno trabalhador – cansado, fragilizado, com grandes defasagens de idade/série/conhecimento”.

Com base em Rodrigues (1995), Togni & Carvalho:

Esse trabalhador-estudante frequentador dos cursos noturnos, experimenta diariamente uma divisão social. Durante o dia ele executa, efetua, realiza. E à noite, na escola, ele deve pensar, refletir, calcular e planejar. Passa, portanto, da condição de trabalhador manual na maioria das vezes para a condição de trabalhador intelectual o que faz com que ele estabeleça com a escola, um tipo de relação diferente daquela estabelecida pelos alunos que frequentam a escola em cursos diurnos (TOGNI & CARVALHO, 2005, p. 68).

É também de suma importância ter em mente que a relação marcada pela combinação entre trabalho e estudo é permeada por grande dificuldade em conciliar as duas atividades. Tendo em vista que as duas ocupam uma grande fatia do tempo desse trabalhador estudante.

Mendes (2013) enfatiza essa dimensão do tempo:

Na universidade, a jornada laboral é de quarenta horas, em sua maioria, cumprida entre as 8:00 e as 17:00 horas, com o estudo noturno sendo o recurso à continuidade da vida escolar, no horário das 19:00 às 22:30, quando não mais cedo. Se extrapolarmos essa relação para uma jornada de atividades que incluiria a escola e o emprego sob a perspectiva de jornadas de atividades laborais, temos uma juventude ocupada, incluindo-se os deslocamentos, de cerca das sete da manhã, ao saírem de casa, até o retorno às onze da noite, em um total de dezesseis horas, com nove horas para serem distribuídas entre alimentação, atividades escolares extraclasse, descanso [...] (MENDES, 2013, p. 56)

Para além disso, conforme pontuado por Leão e Nonato (2014), é necessário ter em mente que o currículo pré-estabelecido pelos cursos, no ensino superior, não contemplam as reais condições vividas e não considera as peculiaridades encontradas na rotina desses estudantes. Somado a esse fator, a pouca flexibilidade da metodologia adotada contribui para a criação de um bloqueio no processo de aprendizagem.

A lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), traz um texto que reforça a necessidade do ensino noturno que se adequa a realidade do aluno, “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando”, além de explicitar a necessidade da garantia dos mesmos padrões de qualidade em ambos os turnos. Logo, partindo desse princípio é possível entender que o ensino ofertado nos cursos noturnos deve considerar as especificidades da condição do trabalhador e estudante.

[...] resalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. (BRASIL, 2001, p. 97).

Partindo desse princípio é notório que a expansão numérica de vagas para cursos noturnos é de extrema importância, conquanto é preciso entender que para se alcançar uma efetiva democratização do ensino é necessário ter conhecimento das reais necessidades para a permanência do trabalhador estudante na universidade. Estudar e trabalhar não é novidade em um país onde a renda per capita não alcança três salários mínimos e o acesso ao ensino superior é realidade para poucos. O nó da questão é justamente em que condições reais este acesso, permanência e conclusão se efetivam para aqueles que trabalham e estudam. O grande desafio é saber se trabalhar e estudar é uma conquista, um benefício ou uma falácia (MESQUITA, 2010, p. 17).

É importante ressaltar que o atraso no que diz respeito a criação das primeiras universidades que ofertassem cursos noturnos tiveram influência na criação de medidas que buscam entender a realidade das pessoas que optam por esse turno, “há cerca de 200 anos existem cursos superiores no Brasil, porém os cursos noturnos, que atualmente representam a maior parcela do número de matrículas, foram iniciados há menos de 50 anos” (BARREIRO; TERRIBILI FILHO, 2013).

Tendo em vista que a atenção que o ensino noturno demanda atualmente é muito maior do que essa modalidade realmente recebe. Nota-se a importância da cultura do empoderamento na realidade desses indivíduos. Segundo Baquero (2012), muitas áreas estão tomando posse desse termo *empowerment*, “educação, sociologia, ciência política, saúde pública, psicologia comunitária, serviço social, administração” (p. 174); segundo o autor, o termo vem se tornando forte em três principais esferas: a) a sociedade norte-americana, b) O empoderamento organizacional e o que nos interessa, c) Empoderamento comunitário cujo objetivo é “garantir um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado.” (P. 177).

Freire e Shor (1986) são autores que trazem a questão do empoderamento:

A questão do empowerment da classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz de empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta. (FREIRE e SHOR, 1986, p. 72).

Logo, o ensino noturno além de ser a garantia da permanência dos trabalhadores estudantes é fator principal para garantir que indivíduos desfavorecidos tenham acesso à educação. E o ingresso de uma classe trabalhadora é o principal fator para o crescimento exponencial nas vagas desse turno. Contudo, mesmo com esse aumento significativo ainda faltam ações e políticas de amparo a esses estudantes. A universidade deve buscar entender as vivências desse sujeito e o incluir no debate acadêmico.

4.3 O trabalhador estudante e o acúmulo de responsabilidades

Ao ingressar em uma universidade percebe-se que os estudantes enfrentam uma série de desafios no que diz respeito à incorporação de novas responsabilidades, conciliação com o trabalho e conseqüentemente falta de tempo. O ingresso na universidade pode ser considerado um momento de transição e transformação da rotina desse indivíduo que conseqüentemente requer um período de adaptação a essa nova realidade. (Morett e Hübner, 2017).

Por outro lado, levando em consideração a realidade dos trabalhadores-estudantes, é quase que impossível para esse indivíduo desfrutar desse ambiente de adaptação e a entrada na universidade se torna algo mais desafiador.

Sobretudo, a ausência de políticas educacionais e uma legislação específica que retrate a real vivência desses estudantes é uma lacuna que necessita ser levada em consideração, como ocorre em Portugal com uma legislação que não desconsidera a existência dessa população e a inclui no debate acerca do trabalho.

Medidas como essa evitam uma série de prejuízos na trajetória acadêmica desses trabalhadores-estudantes. Como por exemplo o esgotamento, estresse que pode acabar chegando à síndrome de Burnout (Síndrome ocasionada pelo excesso de trabalho estressante) e nesse caso que se agrava sendo conciliada com as necessidades da vida acadêmica. Segundo Moretti e Hübner (2017): “O estresse é o conjunto de reações do organismo que se encontra em situação de esforço físico e emocional, capaz de perturbar o equilíbrio interno ou de gerar mecanismos disfuncionais na esfera cognitiva comportamental. ”

Estresse esse que pode ser prejudicial para o desenvolvimento acadêmico desse trabalhador-estudante. Para Moretti e Hübner (2017): O estresse pode prejudicar o desempenho universitário por meio da diminuição da atenção, da concentração e da perda de habilidades para a tomada de decisões. A produção, a disseminação e a assimilação do conhecimento mobilizam aspectos cognitivos, sociais, físicos e emocionais que percorrem todo o processo de formação acadêmica (Morett e Hübner, 2017, p. 259).

Toda essa sobrecarga pode refletir negativamente na vida desse trabalhador-estudante e quando isso torna-se contínuo e se estende por um período mais longo de tempo pode gerar “esgotamento ao indivíduo, provocando doenças psicossomáticas como a ansiedade exagerada e a depressão” (CHAVEZ et al., 2016. p.21).

Ueno *et al.* (2017) corrobora com a premissa de que cargas de estresse quando prorrogadas provocam estados intensos de ansiedade e preocupação. Se os fatores estressantes persistirem, em frequência ou intensidade, há quebra da resistência do indivíduo e ele passa à fase de quase exaustão levando a possíveis doenças como, por exemplo, a depressão, interferindo tanto na vida pessoal, quanto na atividade laboral (UENO et al., 2017, p. 1632-8).

É necessário que a discussão acerca do tema qualidade de vida e mental sejam abertamente fomentadas dentro do ambiente acadêmico colocando os estudantes como protagonistas do fomento e da produção da própria saúde, buscando sempre a garantia da qualidade de vida. “Há necessidade de implantar em instituições de ensino um programa de promoção de saúde que se preocupe com o bem-estar e com a QV de todos que frequentam a escola regularmente, para que exista uma função laboral com mais prazer e saúde.” (MENDES, 2012, p. 101).

No próximo capítulo, aprofundaremos na classificação específica da pesquisa que foi apresentada. Exploraremos as diferentes abordagens e categorias da pesquisa qualitativa, detalhando suas características, vantagens e limitações. Discutiremos como cada tipo se ajusta aos objetivos da pesquisa, impactando diretamente na coleta e análise de dados. Esse capítulo é crucial para compreender a metodologia da pesquisa, fornecendo insights sobre como a classificação influencia na robustez e validade dos resultados.

5 METODOLOGIA DO TRABALHO

Neste capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos usados para embasar essa pesquisa. Segundo Yin (2016) a pesquisa qualitativa é definida como um campo multifacetado com diferentes orientações e metodologias que possibilitam a realização de investigações científicas. A pesquisa qualitativa não segue um modelo padrão e existe uma diversidade e riqueza de abordagens, técnicas de coleta de dados e modelos de análises.

5.1 Classificação da pesquisa

Para Pope e Mays (2005),

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (POPE; MAYS, 2005, p.13).

Ainda segundo Yin (2016), existem cinco características que definem a pesquisa qualitativa. 1) A pesquisa qualitativa estuda o significado da vida das pessoas de acordo com seu cotidiano; 2) vem representar as opiniões e visões dos participantes da pesquisa; 3) abrange o contexto em que as pessoas estão inseridas; 4) revela conceitos existentes que permitem explicar o comportamento social humano; e 5) utiliza múltiplas fontes para coleta e apresentação dos dados. Portanto, são os citados acima somados aos conceitos descritos que caracterizam essa pesquisa como qualitativa.

A escolha da abordagem é justamente para respeitar a subjetividade da problemática e a construção da análise dos dados encontrados a partir das respostas dos sujeitos participantes da pesquisa.

De acordo com Gil (2021), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever, registrar, analisar e interpretar características ou fenômenos observados em um determinado contexto. Ela busca capturar dados e informações relevantes para responder a questões específicas, sem a intenção de estabelecer relações de causa e efeito. Gil ressalta que a pesquisa descritiva é fundamental para fornecer um panorama detalhado sobre determinado tema, contribuindo para a compreensão de padrões e tendências existentes.

Além disso, Roesch (2021) enfatiza que a pesquisa descritiva é fundamental para a compreensão de situações e eventos, pois permite a descrição precisa e detalhada de variáveis e suas inter-relações. A autora destaca que essa abordagem é essencial para estabelecer uma

base sólida de conhecimento sobre determinado tema, possibilitando a identificação de tendências, padrões e características específicas.

Logo a pesquisa é descritiva quanto aos fins, uma vez que busca descrever a trajetória do trabalhador-estudante na universidade pública no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará de maneira ampla e abrangente. Através dessa abordagem, foi possível descrever as características, experiências e desafios enfrentados por esses indivíduos ao conciliarem trabalho e estudo. A pesquisa descritiva permitiu mapear suas necessidades, demandas e estratégias de conciliação, fornecendo um panorama da trajetória do trabalhador estudante. Dessa forma, essa abordagem contribuiu para uma melhor compreensão dos fatores que influenciaram essa trajetória, possibilitando a identificação de padrões e tendências que podem auxiliar na formulação de políticas e práticas voltadas para o apoio e a melhoria das condições desses trabalhadores estudantes.

5.2 Universo e sujeitos da pesquisa

O universo ou população é identificado através da delimitação da área ou grupo específico de interesse, que engloba um determinado número de indivíduos participantes da investigação. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o universo ou população refere-se ao conjunto de seres, sejam eles animados ou inanimados, que compartilham, pelo menos, uma característica em comum.

O universo desta pesquisa compreende os estudantes de Secretariado Executivo da UFC. Diante da vastidão do universo de estudo, a fim de conduzir a pesquisa de forma eficiente em um prazo limitado, foi decidido delimitar uma amostra, composta pelos concluintes do semestre 2023.2, foram considerados possíveis concluintes, os discentes que concluíram mais de 80% da carga horária total do curso de Secretariado Executivo.

Uma amostra pode ser definida como “porção ou parcela, conveniente selecionada do universo; é um subconjunto do universo” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.223). Dos 24 possíveis concluintes do curso no semestre corrente, 13 discentes participaram da pesquisa.

5.3 Coleta e análise dos dados

A análise e coleta de dados representam a base para qualquer estudo empírico robusto, alimentando os esforços de pesquisa com informações concretas e viabilizando descobertas

significativas. Conforme assinala Santos (2022), esses processos são de vital importância, pois configuram o elo entre as perguntas de pesquisa e as respostas evidenciadas. A coleta de dados, cuidadosamente planejada e executada, assegura a obtenção de informações relevantes e precisas, enquanto a análise subsequente transforma esses dados em insights úteis, conectando os pontos e revelando padrões que de outra forma poderiam permanecer ocultos. Portanto, para alcançar resultados confiáveis e valiosos, a metodologia adotada precisa levar em consideração as melhores práticas e técnicas para análise e coleta de dados.

O método escolhido para a coleta de dados nesta pesquisa foi a implementação de um questionário online, uma abordagem amplamente reconhecida na literatura por sua eficácia e eficiência (Silva, 2021). Lakatos e Marconi (2001, p. 283) definem o questionário como um 'conjunto estruturado de perguntas, previamente elaboradas, que permitem coletar informações escritas dos indivíduos pesquisados, visando entender suas percepções e opiniões sobre determinado tema'. Para este estudo, o questionário online foi escolhido como instrumento de coleta de dados, pois possibilita alcançar um grande número de participantes em um período de tempo curto e eficiente, frequentemente através de meios eletrônicos. Esta abordagem não só permite uma análise abrangente, mas também facilita a participação dos sujeitos, independentemente de sua localização geográfica.

Na fase inicial de preparação das perguntas, um quadro de congruência foi estabelecido (APÊNDICE A), ligando o objetivo da pesquisa ao fundamento teórico e às questões potenciais. A partir desse quadro, foi elaborado o questionário, que foi dividido em duas partes. A primeira parte serviu para identificar os respondentes. E a segunda, traz perguntas sobre a trajetória dos trabalhadores-estudantes. Foram no total 04 perguntas fechadas e 17 abertas.

Com o questionário prontamente estruturado, a fase subsequente consistiu em entrar em contato com os sujeitos da pesquisa para aplicar os instrumentos elaborados. A lista de estudantes aptos a se graduar no semestre 2023.2, no curso de Secretariado Executivo, foi fornecida pela coordenação do curso. Esta lista incluiu aqueles que já tinham completado mais de 85% da carga horária requerida, somando um total de 25 estudantes. Para esses possíveis concluintes, os questionários foram enviados através de e-mail. Esta técnica facilitou uma entrega rápida e eficaz da pesquisa, assegurando que todos os candidatos elegíveis fossem alcançados no tempo designado. O recurso do e-mail não somente agilizou o procedimento de coleta de informações, mas também proporcionou um meio acessível para os participantes interagirem, promovendo, assim, uma maior participação e envolvimento no estudo.

Após a coleta de dados, o estudo avançou para as etapas de análise e interpretação dos dados. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 167), a análise pode ser vista como a 'tentativa de estabelecer relações entre o fenômeno estudado e outros fatores'. Essa etapa possibilita a apresentação e interpretação dos dados coletados. A interpretação, segundo os mesmos autores, 'busca conferir um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos' (2003, p. 168).

Para analisar as informações obtidas foi utilizada a análise de conteúdo, que oferece uma abordagem sistemática para examinar informações de forma detalhada e interpretativa. Ao explorar profundamente os dados, busca-se descobrir padrões, temas ou características subjacentes. "A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que permite, através de descrições objetivas, sistemáticas e quantitativas do conteúdo manifesto de comunicações, a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens" Bardin, L. (2011).

5.4 Método de Análise de dados

O presente estudo adotou a análise de conteúdo como metodologia central para a investigação proposta, pautando-se nas contribuições e na perspectiva de Laurence Bardin. Bardin (1977) descreve a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa utilizada para descrever objetivamente, de forma sistemática e quantitativa, o conteúdo manifestado em comunicações. A escolha desta abordagem se justifica pela sua eficácia em proporcionar uma compreensão profunda e objetiva dos dados coletados, permitindo a identificação de padrões, temáticas e nuances que poderiam ser omitidos em análises mais superficiais.

Adicionalmente, no que tange à análise de conteúdo, a definição e abordagem são enriquecidas pela perspectiva de Silva e Moraes (2009). Esses autores sublinham que a linguagem funciona como veículo para uma mensagem latente, e é justamente este significado intrínseco que se busca desvendar por meio da análise de conteúdo em pesquisas.

Bardin (1977) delinea a técnica de análise em três fases distintas, aplicáveis aos dados reunidos. A fase inicial, chamada de pré-análise, aconteceu imediatamente após a obtenção das perspectivas das entrevistadas. Durante esta fase, o conteúdo recolhido foi digitalizado e inserido no software Excel, sendo submetido a uma leitura atenta, categorizado e avaliado quanto à necessidade de complementação por meio de novas entrevistas.

Após a pré-análise, a técnica proposta por Bardin (1977) avança para a segunda fase: a exploração do material. Neste momento, o conteúdo categorizado na fase anterior é aprofundado. Utilizando técnicas de codificação, o material é subdividido em unidades de significado, que são agrupadas conforme sua relevância e similaridade, formando conjuntos homogêneos. O uso do software Excel, neste contexto, revelou-se fundamental, pois permitiu a organização sistemática e a fácil identificação de padrões e tendências nas respostas do questionário.

Tabela 2 – Etapa de codificação pelo método de Bardin (1977)

Elementos da trajetória de trabalhadores-estudantes	Onde os desafios se manifestam	Como os desafios se manifestam
A Dupla Jornada e seus Desafios	Gestão de tempo	Conflito entre responsabilidades acadêmicas e profissionais; exaustão mental e física
	Equilibrar demandas e prioridades	Pressões para desempenho em ambas as esferas; sacrificar atividades pessoais
Conciliação de Atividades	Planejamento diário	Alinhar horários de aulas, estudos, trabalho e descanso
		Limitação ou ausência em eventos e atividades devido a compromissos profissionais
Democratização	Acesso a recursos acadêmicos	Dificuldade em acessar materiais, bibliotecas ou laboratórios fora do horário comercial e de aula.
		Falta de políticas ou programas que auxiliem trabalhadores-estudantes

Elaborado pela autora, 2023.

Na terceira e última fase, denominada de tratamento dos resultados e interpretação, as informações codificadas foram analisadas de forma mais interpretativa. Nesta etapa, os agrupamentos formados anteriormente foram submetidos a uma análise crítica, relacionando-os com a literatura existente e os objetivos da pesquisa. O objetivo aqui foi transcender o conteúdo manifestamente expresso e extrair significados mais profundos, permitindo inferências e generalizações. Os insights obtidos foram fundamentais para a compreensão do

fenômeno estudado, proporcionando uma visão ampla e detalhada das perspectivas e experiências das entrevistadas.

Em resumo, a abordagem metodológica proposta por Bardin (1977) forneceu um caminho estruturado e robusto para a análise de conteúdo, permitindo uma investigação profunda e esclarecedora sobre o tema em estudo. Ao seguir as etapas delineadas pelo autor, foi possível não apenas capturar a essência das falas das entrevistadas, mas também contextualizá-las dentro de um quadro teórico mais amplo.

5.5 Pré-teste

Em um primeiro momento, foi fundamental traçar o cenário inicial da pesquisa, revelando os passos que conduziram à seleção do público-alvo e à estruturação da amostra. Neste contexto, a pesquisa tinha como público-alvo os trabalhadores-estudantes matriculados no curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, abrangendo todas as fases do curso. No entanto, durante a fase inicial, tornou-se evidente que muitos dos estudantes dos semestres iniciais não eram trabalhadores-estudantes.

Essa constatação levou à decisão de focar a pesquisa nos estudantes dos semestres mais avançados, cuja experiência acumulada proporcionaria insights mais substanciais sobre a temática. Portanto, essa adaptação na escolha da amostra foi uma medida estratégica para assegurar a qualidade e a pertinência dos dados coletados (Gil, 2018).

Após a conclusão da etapa de pré-testes, o esquema da entrevista passou por revisões e foi finalizado com dezoito perguntas.

No capítulo seguinte, a atenção foi voltada para a análise dos resultados obtidos. Essa fase foi fundamental para interpretar as informações coletadas, permitindo-nos extrair significados relevantes e insights valiosos das respostas dos estudantes.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo, revela os achados obtidos a partir das interações entrevistadas, enfatizando discursos que trazem nuances essenciais para aprofundar nosso entendimento sobre os desafios em foco. Utilizando o prisma de Bardin, 1977 como base metodológica, mergulhamos na conexão entre os preceitos teóricos e os relatos empíricos do ambiente explorado. Adicionalmente, houve uma tentativa de identificar pontos de confluência e divergência entre a literatura e as vivências partilhadas.

6.1 Perfil dos entrevistados

O perfil dos entrevistados é de trabalhadores-estudantes que estão com mais de 80% da carga horária obrigatória do curso já concluída. Foram obtidas 14 respostas no questionário, o que representa mais de 50% dos concluintes de 2023.2. Todos os formulários foram preenchidos e, em seguida, organizados. A análise inicial realizada diz respeito ao gênero da população, como demonstrado no gráfico subsequente:



Gráfico 1: Gênero dos participantes
Fonte: Dados coletados na pesquisa (2023)

Após a avaliação demográfica referente ao gênero, solicitou-se aos participantes que confirmassem sua situação em relação à conclusão do curso de Secretariado Executivo. A resposta obtida foi a seguinte:

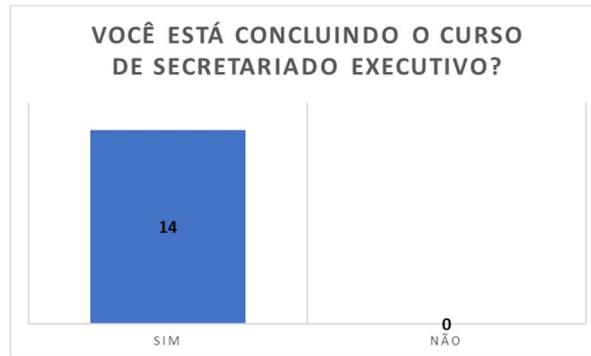


Gráfico 2: Participantes Concluintes
 Fonte: Dados coletados na pesquisa (2023)

E, adicionalmente, se de fato conciliavam atividades laborais com seus estudos.



Gráfico 3: Trabalhadores-estudantes
 Fonte: Dados coletados na pesquisa (2023)

Nos parágrafos seguintes, serão apresentados os resultados obtidos a partir das demais respostas do formulário. Estes serão organizados e discutidos em consonância com os capítulos delineados no referencial teórico, garantindo uma abordagem sistemática que une as vivências práticas dos respondentes aos conceitos e discussões teóricas já estabelecidos na literatura. Esse alinhamento proporcionará uma análise robusta e contextualizada, permitindo uma compreensão profunda das experiências dos trabalhadores-estudantes e de suas percepções diante dos desafios encontrados em sua jornada acadêmica.

6.2 A Dupla Jornada e seus Desafios

A transição para a vida universitária, já repleta de nuances e complexidades, assume contornos ainda mais desafiadores quando vivenciada pelo trabalhador-estudante. O ingresso no ensino superior, marcado por novas responsabilidades e desafios acadêmicos, é intensificado pela necessidade de equilibrar as demandas profissionais com as acadêmicas. Acerca da

primeira categoria de análise, foram abordadas questões relativas às vivências dos estudantes durante seus primeiros semestres na universidade. A maioria dos respondentes expressou sentimentos de exaustão e desafio ao conciliar trabalho e estudos. Acerca disso, o respondente 9 pontua:

“Como eu já era trabalhador-estudante ao entrar na universidade, tive que lidar com a carga horária do trabalho e as demandas acadêmicas simultaneamente. Foi desafiador equilibrar os estudos, os prazos das tarefas e os compromissos profissionais. (...) Foi um período de muito esforço, disciplina e foco, mas também de aprendizado sobre gestão do tempo e superação de desafios.” (*Respondente 09*)

Adicionalmente, indagou-se sobre a natureza específica desses desafios enfrentados pelos trabalhadores-estudantes para permanecer na universidade. A maioria dos participantes destacou aspectos como a sensação constante de cansaço e exaustão, a complexidade de conciliar estudos e trabalho, a demanda de uma rotina intensa e intrincada, desafios logísticos e financeiros, bem como o processo de adaptação a essa nova realidade.

“(…) Equilibrar as responsabilidades do trabalho e os horários das aulas pode ser um desafio, pois muitas vezes os horários de trabalho e as aulas podem se sobrepor. (...) O curso de secretariado executivo geralmente exige uma carga horária intensa de estudos, o que pode ser desafiador para os trabalhadores que já têm compromissos profissionais. (...) O acúmulo de atividades do trabalho e estudo pode levar à fadiga e ao cansaço, o que pode afetar o desempenho acadêmico e a motivação.” (*Respondente 08*)

A logística cotidiana também se destaca como um desafio crucial para o trabalhador-estudante. Muitos estudantes lidam com longos deslocamentos, seja para o trabalho ou para a universidade, o que intensifica a sensação de cansaço e estafa. Este aspecto é evidenciado na fala do *Respondente 1*:

“Foi uma rotina complicada, tinha que acordar muito cedo para ir para o trabalho. E por morar muito longe do trabalho ficava na faculdade o dia inteiro, até minha aula à noite.” (*Respondente 01*)

Além dos desafios de rotina, há também os desafios financeiros inerentes à condição de trabalhador-estudante. Muitos estudantes trabalhavam em posições de menor remuneração e precisavam gerenciar seus recursos cuidadosamente para garantir tanto a continuidade de seus

estudos quanto a manutenção de suas necessidades básicas. O *Respondente 6* ilustra esta realidade ao dizer:

“Meu emprego era de jovem aprendiz, como o salário era baixo, às vezes ia a pé do trabalho pra faculdade para economizar a passagem, dava uns 20 minutos.”
(*Respondente 06*)

Outro aspecto recorrente nas respostas refere-se à adaptação e acolhimento dessa nova fase de vida. Mesmo quando animados e empolgados com a nova etapa, os trabalhadores-estudantes enfrentavam a dureza do ajuste à dinâmica universitária. A citação do Respondente 12 reflete essa dualidade:

“Foram bastante desafiadores. Adaptar-me à dinâmica acadêmica enquanto conciliava com o trabalho foi complicado.” (*Respondente 12*)

Os depoimentos colhidos ilustram não apenas os desafios logísticos e temporais de se conciliar trabalho e estudo, mas também o impacto emocional e físico que essa conciliação pode acarretar. Vários respondentes aludiram a sentimentos de exaustão, cansaço e até mesmo de precariedade logística. A vivência do *Respondente 6* é emblemática dessa realidade:

“Era bem cansativo, tinha que pegar vários ônibus, lanchar na rua, levar mochila pesada com várias coisas que iria precisar durante o dia.” (*Respondente 06*)

Este relato ressalta não apenas os obstáculos diários enfrentados, mas também a resiliência necessária para navegar por essas adversidades e perseverar na busca e permanência por formação e crescimento profissional. Em síntese, a trajetória do trabalhador-estudante na universidade não é apenas uma extensão de suas responsabilidades diárias, mas um esforço hercúleo de equilíbrio e determinação. É uma jornada de superação constante, na qual os obstáculos diários são enfrentados com resiliência e força de vontade, refletindo o compromisso inabalável desses indivíduos com a busca por uma formação acadêmica de qualidade e a ascensão profissional.

6.3 Conciliação das atividades

A análise da segunda categoria, tem como objetivo entender como se deu a conciliação das obrigações dos estudantes trabalhadores dentro do curso de Secretariado Executivo.

Muitos dos entrevistados destacaram a gestão do tempo como um desafio dominante. O *Respondente 1* ilustra bem essa situação ao dizer:

"Tentar conciliar uma rotina de trabalho com aulas, estudos e atividades acadêmicas muitas vezes levou a longas jornadas e noites mal dormidas"

Essa luta contra o relógio não é apenas física, mas também emocional. A necessidade de equilibrar trabalho, estudos e cuidados pessoais pode, muitas vezes, resultar em um desequilíbrio mental, como sugere o *Respondente 5*:

"A principal foi o tempo, não ter tempo para você mesmo é uma das piores coisas que existe, a exaustão chega e a saúde mental é afetada." (*Respondente 05*)

A frase "não ter tempo para você mesmo" ressoa como um alerta para as consequências de uma rotina sobrecarregada. A falta de momentos de pausa, reflexão e autocuidado pode levar a um estado de exaustão contínua. Lipp (2000) e Chor et al. (2008), têm apontado a importância de equilibrar responsabilidades e dedicar tempo ao próprio bem-estar, visando não só uma saúde mental robusta, mas também a manutenção da produtividade e satisfação nos diferentes âmbitos da vida.

Por outro lado, as respostas também trouxeram à tona desafios acadêmicos específicos. Além de enfrentar dificuldades no aprendizado, muitos tiveram de trancar disciplinas devido a incompatibilidades de horário com o trabalho.

"Durante a minha graduação, tive que trancar algumas disciplinas devido ao meu horário de trabalho que estava sobrepondo o horário das aulas. Além disso, estava enfrentando dificuldades em conciliar meus compromissos pessoais, como família e atividades na igreja." (*Respondente 9*)

"Eu tranquei na pandemia porque estava tão exausta que não conseguia seguir com ela. Também tranquei outra que acreditava que não iria passar, pois só chegava atrasada na aula e não acompanhava a matéria completa" (*Respondente 6*)

"Precisei trancar uma disciplina porque o horário conflitava com compromissos inadiáveis do meu trabalho." (*Respondente 14*)

A combinação de emprego e estudos certamente traz consigo um conjunto único de desafios, como claramente ilustrado nas experiências compartilhadas pelos Respondentes. Estas

experiências destacam a complexidade e a multiplicidade de razões que levam à decisão de trancar disciplinas. Por exemplo, o *Respondente 9* lida não apenas com os desafios inerentes à combinação de trabalho e estudo, mas também com compromissos pessoais que tornam ainda mais difícil a conciliação. Sua situação destaca o papel significativo que outros aspectos da vida, como família e atividades religiosas, podem desempenhar na experiência acadêmica de um trabalhador-estudante.

Já o *Respondente 6* ilustra como circunstâncias imprevistas, como a pandemia, podem exacerbar-los, tornando a jornada acadêmica ainda mais árdua. Além disso, a pressão para ter um bom desempenho acadêmico e a preocupação com as consequências de frequentes atrasos podem se tornar fatores determinantes na decisão de trancar uma disciplina. Por outro lado, o *Respondente 14* nos lembra das realidades pragmáticas da vida de um trabalhador-estudante, onde compromissos de trabalho às vezes têm precedência e podem forçar decisões difíceis sobre a continuidade em certas disciplinas.

O trajeto educacional e as demandas do mercado de trabalho frequentemente se apresentam em rotas conflitantes, levando os estudantes a decisões desafiadoras que impactam diretamente seu futuro. Esta tensão entre a busca por qualificação acadêmica e as responsabilidades no emprego evidencia as complexidades enfrentadas pela juventude no cenário atual. A educação é percebida como a chave para um progresso social e um horizonte mais estável, porém as urgências financeiras e as expectativas imediatas do mercado muitas vezes se sobrepõem a essas aspirações. Diante do dilema de priorizar os estudos ou o trabalho, surgiu uma notável diversidade nas respostas quando os participantes da pesquisa foram questionados sobre o que escolheriam, o trabalho ou a universidade:

“Escolheria trabalhar pois foi no trabalho onde me desenvolvi como profissional, onde aprendi na prática tudo que sei. A faculdade ajudou bastante a ampliar minha visão, os projetos de extensão também, mas o trabalho se supera. Além disso, a questão financeira pesa ao tomar a decisão, não posso ficar sem trabalhar.” (*Respondente 6*)

“Trabalhar, pois a gente que trabalha e estuda não tem condições, pelo menos a maioria, de parar de trabalhar. A gente precisa do nosso ganha pão todos os dias para viver.” (*Respondente 7*)

“Se em algum momento do curso eu tivesse que escolher entre trabalhar ou estudar, eu escolheria trabalhar. Essa decisão seria baseada na necessidade de sustentar minha família e garantir a estabilidade financeira. Embora o estudo seja fundamental para minha formação e crescimento profissional, no contexto em que o trabalho é

imprescindível para atender às necessidades básicas da minha família, seria minha prioridade imediata. No entanto, buscaria alternativas para conciliar o trabalho e os estudos da melhor maneira possível, como buscar horários flexíveis ou procurar cursos online.” (*Respondente 8*)

“É uma pergunta complexa, claro que de cara escolheria estudar, mas só se tivesse alguém para bancar minhas contas, caso contrário infelizmente teria que escolher o trabalho.” (*Respondente 11*)

“Escolheria trabalhar, pois é a minha fonte de sustento. Contudo, valorizo muito minha educação e tentaria encontrar uma maneira de continuar estudando de forma adaptada.” (*Respondente 14*)

Os depoimentos revelam a relação entre as demandas do mercado de trabalho e a importância da formação acadêmica para os respondentes. Nota-se um padrão claro: embora reconheçam o valor inestimável da educação em suas vidas e carreiras, muitos se sentem compelidos a priorizar o trabalho devido às necessidades financeiras imediatas. A decisão de trabalhar não é vista meramente como uma escolha, mas frequentemente como uma necessidade imperativa para sustento próprio e, em muitos casos, de suas famílias. Este cenário ressalta a importância de se pensar em estratégias educacionais flexíveis e adaptadas à realidade desses estudantes, permitindo que possam conciliar eficazmente trabalho e estudos.

Apesar da tendência predominante de priorizar o trabalho em face das demandas financeiras imediatas, é fundamental observar que houve respondentes que optariam pela continuidade dos estudos mesmo quando confrontados com o dilema. Para esses indivíduos, a formação acadêmica é percebida como uma ferramenta crucial para a ascensão profissional e social, e uma garantia de melhores oportunidades no futuro:

“Apesar de tudo, no final a escolha seria a UFC, acredito que o conhecimento pode mudar minha vida sempre pra melhor.” (*Respondente 05*)

“Estudar, o mercado de trabalho exige pessoas capacitadas e minha família me ajudaria a me manter caso eu escolhesse apenas estudar.” (*Respondente 10*)

“Estudar. Felizmente minha família tem condições suficientes para que eu pudesse continuar estudando e sobrevivesse.” (*Respondente 13*)

A diversidade de fatores que influenciam as decisões dos jovens quando confrontados com a encruzilhada entre continuar a formação acadêmica e atender às necessidades financeiras

imediatas. A valorização da educação, seja como instrumento de ascensão social ou como meio de garantir um futuro mais promissor, está presente, mesmo diante dos desafios financeiros e das pressões do mercado de trabalho. Estas reflexões sublinham a necessidade imperativa de políticas públicas e iniciativas educacionais que apoiem e facilitem essa difícil jornada de conciliação entre estudos e trabalho, garantindo que todos os jovens tenham a oportunidade de trilhar um caminho que atenda tanto às suas aspirações pessoais quanto às demandas da sociedade contemporânea.

As respostas fornecidas sobre o currículo do curso de secretariado executivo demonstram uma variedade de percepções relacionadas à sua adequação para trabalhadores-estudantes. Em sua maioria, os respondentes reconhecem a amplitude e a qualidade do conteúdo oferecido, indicando sua eficácia em preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Além disso, as respostas dos entrevistados despertam variadas percepções quanto à sua adequação às necessidades dos trabalhadores-estudantes. A análise das respostas indica uma diversidade de opiniões, que variam desde uma valorização positiva da grade curricular até críticas quanto à sua abordagem prática versus teórica.

“Não é um curso que se adequa, desde a própria grade, que pouco foca em experiências no mercado de trabalho, apenas atividades voltadas para a produção acadêmica.”
(*Respondente 5*)

“Não é muito adequado, tem bastante teoria e não vai para a prática.” (Respondente 6)

“O curso é abrangente em conhecimento e requer muito dos alunos. Logo, trabalhar e estudar nesse curso é um fardo difícil.” (*Respondente 7*)

“As disciplinas são puxadas, mas vai depender do professor que leciona.” (*Respondente 10*)

A partir das considerações apresentadas pelos respondentes, é possível concluir que o currículo do curso de secretariado executivo, embora amplamente valorizado por sua qualidade e abrangência, apresenta desafios que necessitam de atenção. As preocupações relacionadas à aplicabilidade prática do conhecimento adquirido e a interação com o mercado de trabalho refletem uma demanda por uma educação mais integrada e adaptável às realidades dos estudantes que também são trabalhadores.

A variedade de opiniões, desde a apreciação dos conteúdos até as críticas sobre a

metodologia pedagógica, sinaliza a necessidade de uma revisão contínua e um diálogo aberto entre instituições de ensino, docentes e discentes. Somente assim, será possível aprimorar o curso, tornando-o não apenas um espaço de aquisição de conhecimento teórico, mas também um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades práticas e competências essenciais para a inserção no mercado de trabalho atual.

A análise das respostas também revela um grupo de estudantes que percebe a grade curricular do curso de secretariado executivo como adequada às necessidades dos trabalhadores-estudantes. Estes respondentes valorizam elementos como a flexibilidade nos horários e a distribuição equilibrada de disciplinas ao longo do semestre.

“Como disse, acredito que seja a grade mais empática, não temos aulas aos sábados, a maioria do semestre é até 4 matérias, possibilitando a aderência às optativas.”
(Respondente 3).

Há também a apreciação quanto à diversidade de metodologias adotadas, quando necessário, mesclando aulas presenciais e online, facilitando a conciliação entre estudos e trabalho. Esta percepção positiva sinaliza que, para uma parcela dos alunos, o curso tem conseguido atender suas expectativas e desafios cotidianos, proporcionando uma formação sólida sem prejudicar suas responsabilidades profissionais.

Em síntese, as opiniões acerca do currículo do curso de secretariado executivo realçam o desafio de equilibrar as necessidades do trabalhador-estudante no cenário acadêmico contemporâneo. Enquanto uma parcela dos respondentes, que também são trabalhadores, enxerga o curso como flexível e adaptado às suas demandas, outra expressa preocupações quanto à aplicabilidade prática e conexão com o mercado de trabalho.

Essas reflexões sublinham a essencialidade de uma abordagem educacional que contemple as especificidades dos trabalhadores-estudantes. Para eles, o tempo é um recurso escasso e valioso, tornando imperativo que as instituições de ensino se esforcem para oferecer um currículo que não apenas forneça embasamento teórico robusto, mas também seja relevante, prático e alinhado com os desafios reais que enfrentam em suas carreiras.

6.4 Democratização

O ensino superior tem sido historicamente um espaço de privilégio, muitas vezes inacessível a determinados grupos da sociedade. No entanto, nos tempos modernos, a crescente necessidade de se obter um diploma universitário para garantir melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida colocou em evidência a importância da democratização desse nível de ensino. A partir disso, a análise da terceira categoria traz a perspectiva de trabalhadores-estudantes, com insights únicos sobre a necessidade e os desafios da democratização.

As respostas fornecidas pelos trabalhadores-estudantes acerca da democratização do ensino superior e das políticas de assistência estudantil revelam uma série de insights sobre a realidade multifacetada desses indivíduos no contexto acadêmico. O curso de secretariado executivo, como um microcosmo dessa realidade, é retratado de maneira variada pelos respondentes, refletindo a complexidade e as discrepâncias de experiências educacionais vivenciadas.

O *Respondente 1*, um trabalhador-estudante, expressa uma opinião forte sobre a temática:

“Como trabalhador-estudante, acredito que as políticas de assistência estudantil são cruciais para a permanência de estudantes como eu na universidade.” (*Respondente 1*)

O *respondente 02* traz uma experiência positiva, onde a flexibilidade no gerenciamento de prazos e a adaptabilidade dos professores são aspectos que contribuem significativamente para a conciliação entre estudo e trabalho. Estas condições permitem que estudantes como ele não apenas permaneçam na universidade mas também prosperem. Conforme relata o *Respondente 2*:

“Acredito que nosso curso esteja no caminho certo, os professores, em sua maioria, entendem as necessidades dos alunos, flexibilizam prazos, não estendem tanto as aulas etc, isso é essencial.” (*Respondente 2*)

A fala do *Respondente 2* ecoa uma sensação de otimismo e satisfação que transcende o benefício financeiro, colocando luz sobre a importância de um ambiente educacional adaptável. É a compreensão dos professores e da instituição que também molda o cenário educacional, tornando-o mais acolhedor e acessível para aqueles que têm de dividir o seu tempo entre compromissos laborais e acadêmicos. A flexibilidade de prazos e uma didática ajustada às realidades dos estudantes-trabalhadores não apenas aumenta as taxas de retenção, mas fomenta

um sentimento de valorização e compreensão, elementos cruciais na formação de profissionais capacitados e comprometidos com a sua educação.

Avançando na discussão, o *Respondente 7* destaca a importância da percepção dos alunos sobre a assistência estudantil:

“tudo que vier para incentivar e ajudar, o aluno se sente mais propício a continuar o curso” (*Respondente 7*)

Essa afirmação reconhece que a presença de políticas de assistência é, por si só, um reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos estudantes-trabalhadores e um sinal do comprometimento da instituição em oferecer um caminho viável para a conclusão de seus estudos. A assistência estudantil não é vista apenas como uma ajuda financeira, mas também como um estímulo moral que encoraja os alunos a persistirem em seus objetivos educacionais.

O impacto da assistência estudantil estende-se além do apoio financeiro imediato. Ela representa um investimento na capacidade dos alunos de equilibrar trabalho e estudo, reduzindo o risco de abandono por questões econômicas. Isso é particularmente significativo em contextos onde a educação superior é vista como um privilégio, não um direito. Ao oferecer assistência, às instituições educacionais demonstram uma compreensão profunda dos desafios enfrentados pelos trabalhadores-estudantes, especialmente aqueles de origens menos privilegiadas.

Além disso, a assistência estudantil pode ser um catalisador para a melhoria do desempenho acadêmico. Alunos que não estão sobrecarregados com preocupações financeiras têm maior capacidade de se concentrar em seus estudos, participar ativamente de atividades acadêmicas e explorar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional oferecidas pela instituição. Isso, por sua vez, pode levar a melhores resultados acadêmicos e maiores taxas de graduação.

O *respondente 06* reforça a importância do apoio institucional ao dizer:

“Creio que a assistência estudantil seria fundamental não só para minha sobrevivência financeira, mas também para meu bem-estar psicológico. Saber que a universidade reconhece e apoia as minhas lutas enquanto estudante-trabalhador me deixaria mais determinada a continuar” (*Respondente 06*)

A declaração do *Respondente 06* evidencia a necessidade de um suporte holístico que vai além do financeiro. O suporte institucional tem um papel significativo na saúde mental dos estudantes, influenciando positivamente sua motivação e engajamento com o curso.

Por outro lado, o Respondente 11 traz uma perspectiva crítica ao debater a eficácia das políticas atuais de assistência estudantil. Segundo ele:

“Embora haja esforços, ainda existem lacunas significativas na assistência oferecida, especialmente para estudantes que trabalham em horários não convencionais.”
(Respondente 11).

Esta declaração evidencia uma preocupação relevante no contexto da educação superior: a adequação das políticas de assistência às necessidades variadas dos estudantes, particularmente aqueles cujos compromissos de trabalho não seguem um horário padrão. Estudantes que trabalham à noite, nos finais de semana ou em turnos rotativos, muitas vezes encontram dificuldades em acessar os recursos e suportes oferecidos devido a horários restritos e a falta de flexibilidade nas políticas institucionais.

A fala do *Respondente 11* ressalta a importância de uma abordagem mais inclusiva e personalizada no desenvolvimento de políticas de assistência estudantil. A realidade de cada estudante-trabalhador é única, e as soluções oferecidas devem ser igualmente diversificadas para acomodar as várias necessidades. Estudantes que lidam com horários de trabalho irregulares ou exigentes necessitam de soluções que se alinhem com suas rotinas únicas, permitindo que eles não apenas acessem o suporte necessário, mas também se engajem plenamente com suas atividades acadêmicas.

Este ponto de vista sugere que, apesar dos avanços alcançados até o momento, ainda há um caminho a ser percorrido para que as políticas de assistência atendam plenamente às necessidades desses estudantes. É necessária a adaptação das instituições de ensino superior de seus serviços e políticas para abraçar efetivamente a diversidade dos horários e das demandas dos trabalhadores-estudantes. A flexibilidade deve ser um princípio central no design de programas de assistência estudantil, sugerindo que as instituições considerem a implementação de horários de atendimento mais amplos, recursos online acessíveis 24 horas por dia e políticas de avaliação adaptáveis para acomodar esses alunos.

6.5 Considerações finais da pesquisa

Esta pesquisa revelou as multifacetadas realidades dos trabalhadores-estudantes no curso de Secretariado Executivo, destacando os desafios de equilibrar estudo e trabalho. A análise dos dados coletados ilustrou as dificuldades enfrentadas por esses estudantes, que

incluíam exaustão, gestão de tempo, e desafios logísticos e financeiros. Também foi observada a importância da flexibilidade e adaptabilidade do curso para atender às suas necessidades.

As descobertas ressaltam a necessidade de políticas educacionais e de assistência estudantil adaptáveis e flexíveis. Os respondentes expressaram uma variedade de desafios enfrentados, incluindo a gestão de tempo, equilíbrio entre responsabilidades acadêmicas e profissionais, e as tensões psicológicas associadas a uma rotina intensa e sobrecarregada. A pesquisa revelou a importância de um suporte holístico que abrange aspectos financeiros, acadêmicos e psicológicos, conforme destacado por Silva e Martins (2021) na análise do bem-estar psicológico de estudantes assistidos.

Entretanto, o estudo também apontou para lacunas significativas nas políticas atuais de assistência, principalmente para aqueles que trabalham em horários não convencionais. Esta constatação sugere a necessidade de as instituições educacionais adaptarem suas políticas para abraçar a diversidade de horários e demandas dos trabalhadores-estudantes, como sugerido pela análise crítica de Costa e Pereira (2022).

As respostas dos participantes indicaram que, apesar dos desafios, muitos valorizam a experiência educacional e reconhecem a importância de um diploma universitário para melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Esta percepção ecoa a necessidade crescente de democratização do ensino superior, refletindo o valor atribuído à educação em suas trajetórias de vida e carreira.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo atingiu com êxito seu objetivo de entender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes universitários do curso de secretariado executivo da Universidade Federal do Ceará em conciliar os estudos e trabalho durante o período de sua formação profissional. O estudo, contudo, não está isento de limitações. A delimitação da pesquisa a uma única instituição e a um grupo específico de estudantes pode não refletir a totalidade das experiências dos trabalhadores-estudantes em diferentes contextos educacionais. Futuras pesquisas poderiam abordar uma gama mais ampla de instituições e cursos, proporcionando uma compreensão mais abrangente e diversificada dessas experiências.

A análise dos dados revelou que, apesar dos desafios como a gestão de tempo e a conciliação de responsabilidades acadêmicas e profissionais, os trabalhadores-estudantes mostram uma forte determinação em superar esses obstáculos. Foi observada a necessidade de um suporte mais abrangente para esses estudantes, englobando aspectos financeiros, acadêmicos e psicológicos, uma abordagem holística que pode melhorar significativamente sua experiência educacional.

Em conclusão, este estudo fornece uma compreensão aprofundada das experiências dos trabalhadores-estudantes no curso de Secretariado Executivo da UFC, destacando a importância de políticas educacionais e de assistência estudantil mais inclusivas e adaptáveis. As vozes dos estudantes reforçam a urgência de uma abordagem educacional que reconheça e se adapte às suas realidades complexas, e que promova um diálogo contínuo entre estudantes, educadores e administradores. Esses insights são fundamentais para orientar o desenvolvimento de estratégias que possam contribuir para uma maior democratização do ensino superior e para o sucesso dos trabalhadores-estudantes em suas jornadas acadêmicas e profissionais.

Por fim, sugere-se para futuras pesquisas a expansão do escopo para incluir um leque mais amplo de trabalhadores-estudantes, contemplando diferentes idades, experiências profissionais e responsabilidades familiares. Isso poderia oferecer uma visão mais detalhada e abrangente das necessidades e desafios desses estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e eficazes no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ANDIFES-FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras.** 2011. Disponível em <http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75:perfil-socioeconomico-e-cult0,8ural-dos-estudantesde-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras&catid=35:nacional&-Itemid=58> Acesso em: 12 jun. 2022

Bardin, L. (1977). **Análise de Conteúdo.** Edições 70.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? –uma discussão conceitual. Revista Debates, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. PP. 173-187, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>. Acesso em 30 mai. 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 mai. 2022

BRASIL. **Decreto 6096/2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em: 6 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto 12.711/2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>

BRASIL. INEP. **O perfil do aluno brasileiro: um estudo a partir dos dados do SAEB 97 / INEP.** Brasília: O Instituto, 1999

BRASIL. MEC/INEP. **Resumo técnico da educação superior 2017.** Disponível em:<https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2015.** Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2020: notas estatísticas.** Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CORADINI, Odaci Luiz. **Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman.** BIB, São Paulo, nº 69, 2010

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, Dec. 2017. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 14 jul 2022.

Chor, D., Werneck, G. L., Faerstein, E., Alves, M. G. M., & Rotenberg, L. (2008). **Efeitos de aspectos psicossociais do trabalho na saúde mental dos trabalhadores**. Revista de Saúde Pública.

DE ALMEIDA, W. M. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, Débora Cristina. Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências es-colares. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014, p. 239-269.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação Social**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHctq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

FLORES, Sharon Rigazzo. **A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república**. São Paulo. Revista Internacional de Educação, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Trad.: Adriana Lopes. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

FURLANI, L. T. M. **A Claridade da Noite: os alunos do ensino superior noturno** – São Paulo: Cortez, 1998.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JUNG, H. S.; CAUDURO, T. G.; SUDBRACK, E. M. O Plano Nacional de Educação como articulador da democratização do acesso à universidade e empoderamento da classe trabalhadora. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 2, n. 2, p. 257–273, 30 set. 2016.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). **Metodologia Científica**. 4ª edição. São Paulo: Atlas.

Lipp, M. E. N. (2000). **Manual do Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL)**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1994.

MENDES, André de Carvalho Bandeira Mendes. O lazer dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha Brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais: uma análise das compreensões, vivências e relações sociais. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MENDES, Ricardo Alves. **Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas**. 3ª ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2012.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. **O trabalhador estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação**. 2010. 192f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **Elementos que interferem na permanência do estudante na educação superior pública**. In: XXIII Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br / Rede UNIVERSITAS/Br; Universidade Federal do Pará. Anais Instituto de Ciências da Educação. Belém: UNIVERSITAS/Br; ICED/UFPA, 2015. p. 815-830. Disponível em: <<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2022.

OLIVEIRA, M. I. R. DE S.; PORTÉRO, C. S. S.; RAMACCIOTTI, B. M. L. A; Trajetória da política pública de assistência social no Brasil e os dilemas de seu caráter público. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n. 4, p. 32–49, 10 dez. 2021. Disponível em: <http://ceeinter.com.br/ojs3/index.php/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/242/210>. 15 set. 2022.

OKAWAT, GUILHERME. **Reforma ou contra-reforma trabalhista? E sua repercussão nos direitos da classe trabalhadora**. Disponível em: <<https://sites.uel.br/ndph/wp-content/uploads/2022/08/OKAWATI-guilherme-Reforma-ou-contra-reforma-trabalhista.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2022.

PEREIRA, Lucinéa de Souza Pereira; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **Estudantes Trabalhadores de camadas populares em seu desafio cotidiano de conciliar trabalho e estudo**. Ouro Preto, MG, 2019. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7376>>. Acesso em: 05 out. 2022

Roesch, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

SANTOS, B. **A importância da análise e coleta de dados na pesquisa científica**. São Paulo: Editora Universitária, 2022.

SILVA, J. A. **A eficácia do questionário online na pesquisa qualitativa**. Recife: Editora Universitária, 2021.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VARGAS, Hustana Maria e PAULA, Maria de Fátima Costa. **A inclusão do estudante trabalhador na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. São Paulo, 2013.

VARGAS, Hustana Maria e PAULA, Maria de Fátima Costa. **Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo**. In: Anais da 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal/RN, 2011. Disponível em:

<<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-418%20int.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2021.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; FIGUEIREDO, D. de C. (orgs.). **Linguagem Em (Dis)curso: Análise Crítica do Discurso**. Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004.

_____. Censo da educação superior 2020. Notas estatísticas. 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

**APENDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS
TRABALHADORES-ESTUDANTES DO CURSO DE SECRETARIADO
EXECUTIVO.**

Capítulo 1: Democratização do Ensino Superior e a Garantia da Continuidade na Universidade

- Você já era um trabalhador-estudante ao ingressar na universidade?
- Como foram os primeiros semestres do curso para você?
- Houve alguma dificuldade em se adaptar à dupla rotina de trabalho e estudo?
- Em algum período do curso você se sentiu prejudicado(a) por ter que se dividir entre a dupla jornada de trabalho e estudo? Justifique.
- Em razão do fato de trabalhar e estudar, em algum momento você pensou em desistir do curso? Justifique.

Capítulo 2: O Curso de Secretariado Executivo

- Quais as principais dificuldades enfrentadas por você no decorrer da sua graduação?
- Você já trancou alguma disciplina por conta do trabalho?
- Se em algum momento do curso você tivesse que escolher entre trabalhar ou estudar, o que você escolheria? Justifique.
- Como você descreveria o currículo do curso de secretariado executivo em termos de adequação às necessidades dos trabalhadores estudantes?
- Em sua experiência, quais são os principais recursos e suportes oferecidos pelo curso de secretariado executivo para auxiliar os trabalhadores estudantes na conciliação entre trabalho e estudos?
- Na sua percepção, o curso de secretariado executivo proporciona oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal para os trabalhadores estudantes? Se sim, quais são essas oportunidades?

Capítulo 3: O que é ser Trabalhador Estudante

- Com relação à maioria dos(as) professores(as), você acha que existe flexibilidade ou solidariedade em relação à sua condição de estudante trabalhador?
- Como você definiria o termo "trabalhador estudante"? Quais características ou situações você considera essenciais para se enquadrar nessa categoria?
- Quais são os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores estudantes no equilíbrio entre trabalho, estudos e vida pessoal?

- Você acredita que ser um trabalhador estudante impacta positivamente ou negativamente no desempenho acadêmico? Por quê?
- Qual é a sua opinião sobre a importância da democratização do ensino superior para garantir a continuidade dos estudantes na universidade?
- Você acredita que o acesso a políticas de assistência estudantil influencia a permanência de estudantes trabalhadores na universidade? Por quê?
- Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores estudantes para permanecerem no curso de secretariado executivo na universidade pública?